

A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NA GESTÃO COMUNITÁRIA DE RECURSOS PESQUEIROS E RESILIÊNCIA DA PESCA ARTESANAL NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES, AM¹

YOUNG PEOPLE'S PARTICIPATION IN COMMUNITY MANAGEMENT OF FISHERIES RESOURCES AND RESILIENCE OF ARTISANAL FISHING IN THE MÉDIO SOLIMÕES REGION, AM

Edgar Augusto de Medeiros Costa²

Edna Ferreira Alencar³

RESUMO: O artigo trata sobre a participação de jovens e crianças em projetos de gestão comunitária de recursos pesqueiros, desenvolvido por moradores de comunidades situadas no município de Maraã, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDMS) e na área de entorno da RDS Amanã, localizadas na região do Médio Rio Solimões, no estado do Amazonas. Eles participam de dois projetos de manejo de pirarucu, o Acordo de Pesca do Jutai-Cleto e o Acordo de Pesca do Jurupari. Considerando-se que, a nível global, há um afastamento dos jovens da pesca, neste artigo procuramos demonstrar que a participação deles nesses projetos sinaliza a resiliência da pesca artesanal nesta região. Argumentamos que a participação das mulheres nesses projetos assegura a inclusão de crianças e jovens, que têm acesso a conhecimentos tradicionais locais. A metodologia utilizada para obter as informações consistiu na realização de entrevistas, acompanhamento das atividades de mulheres e jovens na pesca; revisão da literatura sobre o tema da pesca artesanal e juventude. A análise dos dados com entrevistas realizadas com jovens e mulheres, aponta que a participação das mulheres nos projetos de gestão de recursos pesqueiros permite o acesso à renda, à partilha de saberes tradicionais com as novas gerações, que aprendem técnicas de pesca, os saberes sobre a ecologia dos peixes, a conservar a biodiversidade, tornando-se uma opção de renda, e permanência dos jovens nas comunidades.

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA e com o suporte financeiro oferecido pelo CNPq.

² Bacharelado em Ciências Sociais (UFPA). Universidade Federal do Pará. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4889-2589> Email: edgaraugustodemedeiroscosta@gmail.com

³ Doutorado em Antropologia Social e Cultural (UnB). Universidade Federal do Pará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3230-7176> Email: ealencar@ufpa.br

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Juventude; Pesca artesanal; Resiliência.

ABSTRACT: This article discusses the participation of young people and children in community management projects for fisheries resources developed in the region of the Middle Solimões River, one of the many rivers that make up the Amazon basin. In the state of Amazonas, among other cities, the Solimões River flows through the municipality of Maraã, where the areas of our research are located, respectively: the Jutaí-Cleto Fishing Agreement and the Jurupari Fishing Agreement. Our study subjects are fishermen and artisanal fishermen who participate in the managed fishing programs developed in this region. The objective is to demonstrate that the participation of young people in these projects indicates the resilience of artisanal fishing in this region, considering that, globally, there is a shift away from this category of fishing. We argue that the participation of women in these projects ensures the inclusion of children and young people, who have access to traditional knowledge. The data analyzed result from ethnographic research developed with two collectives that develop pirarucu management projects, whose methodology consisted of conducting interviews, monitoring the activities of women and children in fishing; and reviewing the literature on the subject of artisanal fishing and youth. The analysis of the data indicates that the participation of women in fishery resource management projects allows access to income and that future generations have access to fishing knowledge and techniques, promotes the circulation of traditional knowledge, conservation of biodiversity by becoming an income option, and the permanence of young people in the communities.

KEYWORDS: Women; Youth; Artisanal fishing; Resilience.



10.23925/2176-4174.35.2025e69557

Recebido em: 13/12/24.

Aprovado em: 30/05/25.

Publicado em: 18/06/25.

Introdução

A pesca artesanal é uma atividade essencial para diversas comunidades rurais de vários países situadas em áreas costeiras ou ribeirinhas. Na região amazônica a pesca artesanal é uma atividade de grande relevância nutricional e econômica para muitas famílias e, em muitos casos, constitui-se como o único meio de acesso à renda e à segurança alimentar das famílias, contribuindo para a nutrição e o consumo de proteína animal (Autora 2023). Além disso, contribui para a conservação da biodiversidade, visto que áreas habitadas por comunidades tradicionais apresentam um vasto patrimônio biológico (Toledo, 2001, p. 3-4).

A pesca não se configura apenas como uma atividade de subsistência, também é construtora de identidades que, ao longo das gerações, carregam saberes e transmitem práticas básicas para a interação dos indivíduos com os ambientes que habitam (Silva, 2010). Quando essa conexão entre gerações é quebrada, corre-se o risco de perder os conhecimentos ecológicos locais (CELS) conforme Vieira, Reis e Santana descrevem (2010) e, conseqüentemente, as condições que lhes dão acesso à sua principal fonte de renda e nutrição. Segundo dados do relatório *Iluminando las Cosechas Desconocidas* (FAO; Duke University; WorldFish, 2023), cerca de 492 milhões de pessoas dependem, ao menos em parte, da pesca artesanal para subsistência. Essa atividade representa 40% das capturas pesqueiras mundiais, sendo que aproximadamente 20% das capturas procedentes da pesca artesanal são de atividades de co-manejo.

No Brasil, especificamente na região amazônica, a pesca tem é uma importante fonte de renda e de alimentos para muitas famílias, sendo que várias atividades essenciais que fazem parte da cadeia produtiva da pesca artesanal são realizadas por mulheres (Autora; Sousa; Gonçalves, 2014; Autora e Sousa, 2021). Todavia, estudos indicam que certas atividades realizadas pelas mulheres não são consideradas como parte da cadeia produtiva da pesca, o que contribui para a invisibilidade das atividades e dos sujeitos que as realizam, como também para uma distribuição desigual de recursos, já que as mulheres não têm suas atividades devidamente remuneradas (Autora e Sousa, 2021, p. 163).

A invisibilidade das atividades e das mulheres também se faz sentir na participação e na inclusão de jovens e de crianças, já que é por meio da observação e repetição das ações praticadas pelas mulheres na realização da pesca que estes sujeitos podem desenvolver habilidades práticas e aprender conhecimentos necessários para realizar as atividades (Autora; Medaest; Gonçalves, 2023, p. 12-13). Como a transmissão de saberes na pesca se dá de forma intergeracional, isto é, pelas relações recíprocas entre diferentes gerações (Garcia *et al.*, 2007), a observação das ações feitas por mulheres na realização da pesca é fundamental para que estes sujeitos possam conhecer as práticas e saberes necessários para realizar as atividades nos ecossistemas com os quais interagem e dos quais dependem. Dar visibilidade e suporte para a participação feminina na pesca é, portanto, assegurar o

seu futuro, na medida em que possibilita a inserção de jovens e crianças na pesca e o acesso a conhecimentos tradicionais.

Utilizando uma abordagem que privilegia a atuação das mulheres e jovens na pesca artesanal, o presente artigo trata sobre a participação de jovens e crianças em programas de gestão comunitária de recursos pesqueiros desenvolvidos na região do Médio Rio Solimões, no estado do Amazonas, denominados de Acordo de Pesca⁴ com foco na espécie pirarucu (*Arapaima gigas*). Os dados analisados resultam de atividades realizadas como bolsista Pibic, durante o desenvolvimento do Plano de Trabalho de pesquisa nomeado “A participação de mulheres, jovens e crianças na gestão de recursos pesqueiros na região do Médio Solimões: acesso à renda e resiliência da pesca artesanal”. Esse subprojeto é parte do projeto de pesquisa denominado “Impactos dos projetos de manejo de recursos pesqueiros na geração de renda, segurança alimentar e equidade de gênero na pesca artesanal da região do Médio Solimões, Amazonas”, coordenado pela Autora.

O objetivo do Plano de Trabalho era compreender como a participação de crianças e, futuramente, de jovens em projetos de gestão comunitária de recursos pesqueiros. O estudo visava caracterizar as formas de participação de mulheres, jovens e crianças em projetos de gestão de recursos pesqueiros com foco em dois projetos voltados para o manejo de pirarucu: o Acordo de Pesca do Jurupari, desenvolvido em zona de amortecimento da RDS de Amanã, e o Acordo de Pesca do Jutai-Cleto, desenvolvido em sistema de lagos situado na RDS de Mamirauá, no município de Maraã, região do Médio Solimões, estado do Amazonas. Os dois projetos são assessorados por técnicos do Programa de Gestão de Recursos Pesqueiros (PMP) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (PMP 2024).

1. Metodologia.

A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa buscou responder algumas perguntas: Quais atividades as mulheres desenvolvem nos projetos de

⁴ Seguindo as diretrizes da IN 29 IBAMA/2002 .

manejo do pirarucu? Como essa atividade contribui para gerar renda, a segurança alimentar e o bem-estar das famílias? A participação das mulheres contribui para a inserção de crianças e jovens na pesca manejada do pirarucu? Quais atividades elas realizam? Quais suas percepções sobre seu envolvimento nos projetos de manejo? Para tanto, realizamos a revisão da literatura sobre o trabalho de mulheres, crianças e jovens na pesca e fatores que impactam essa atividade; realizamos a transcrição e análise de conteúdo de entrevistas realizadas pela Autora com 5 pescadores do AP Jurupari (2 mulheres e 3 homens) e 2 pescadores do AP Jutai-Cleto, os quais concordaram em participar da pesquisa e cujos nomes foram abreviados para a preservação de suas identidades.

Com relação à análise das informações que tratam das percepções das pessoas sobre o trabalho de jovens e mulheres nos projetos, realizamos a análise dos conteúdos de entrevistas utilizando uma abordagem qualitativa, ao privilegiar as trajetórias e histórias de vida, como parte de seu procedimento. Nesse sentido, buscamos valorizar as vivências e memórias de nossos entrevistados, cujas descrições foram estimuladas a partir de entrevistas realizadas no contexto do trabalho na pesca.

2. A importância dos projetos de manejo: acesso e partilha de saberes.

O projeto de manejo Acordo de Pesca Jutai-Cleto, formalizado em 2012, é desenvolvido em sistema de lagos situados na RDS de Mamirauá, região do Médio Solimões, formado por dois grandes lagos que compõem o complexo dos lagos Jutai e Cleto. Esse sistema de lagos está situado na margem direita do rio Japurá em território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), no município de Maraã, Amazonas. Limitando-se ao norte com os paranás Mapixarí e Itaúba; ao sul com o paraná do Aranapú; a Leste com o rio Japurá e a Oeste com o paraná do Panauã.

Trata-se de uma das principais áreas pesqueiras situadas na RDS Mamirauá, localizada em ambiente de várzea que responde por uma grande produção pesqueira nessa região do município de Maraã. A construção desse projeto de manejo envolveu moradores de várias comunidades e outras categorias de usuários – como pescadores urbanos associados à Colônia de Pescadores Z-4 do município de Tefé.

Atualmente o coletivo está organizado na Associação de Pescadores e Pescadores Manejadores Deus é Fiel, composta por 50 mulheres e 71 homens que habitam nas comunidades Ponto X, Nova Jerusalém e São Francisco do Boia, do Setor Aranapú, RDS de Mamirauá (Autora, 2024; PMP, 2024).

O Acordo de Pesca do Jurupari Grande foi formalizado em 2017, conforme a Instrução Normativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado do Amazonas (SEMA-AM) nº 04/2017, e está sendo desenvolvido em sistema de lagos situados fora de unidade de conservação ambiental. O projeto foi construído a partir de uma iniciativa liderada por moradores e moradoras das comunidades Jurupari e Novo Tapiira desde 2008, com o objetivo de realizar a proteção de alguns lagos existentes em seus territórios diante da escassez de pescado para a comercialização e para atender necessidades de consumo dos habitantes das comunidades (Autora, 2024).

O grupo é formado por 39 sócios (23 homens e 16 mulheres) que residem nas comunidades que aderiram ao projeto: Novo São Raimundo, Jurupari e Novo Tapiira, Laranjal de Alvarães, Sítio Santa Luzia e Santa Maria do Mapitirini, bem como pescadores urbanos do município de Alvarães vinculados à Colônia e Sindicato de Pescadores.

Os projetos de manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) são hoje uma importante tecnologia social de gestão de recursos pesqueiros desenvolvidos na Amazônia Brasileira, que contribui para o fortalecimento das comunidades e de seus modos de vida, bem como possibilitam a partilha de saberes e continuidade de práticas ligados esta espécie, e relevantes para a conservação da biodiversidade local.

[...] a produção e circulação de saberes que permitem a resiliência da pesca artesanal nesta região. A presença das mulheres e, por consequência, das crianças e jovens, cria situações que oportunizam a aprendizagem de técnicas de pesca e saberes especializados sobre o ambiente e ecologia da espécie [...] (Autora; Medaest; Gonçalves, 2024, p. 8).

Os pescadores do AP Jutai-Cleto, como Is. e Ju., demonstram a relevância dos projetos de manejo para a interação entre pessoas de diferentes gerações, possibilitando a partilha de saberes ao proporcionar o contato com “[...] situações de interação com os ambientes e observação dos modos de fazer de pessoas [não só]

de seu grupo familiar [como também de outros indivíduos] [...]” (Autora; Medaest; Gonçalves, 2024, p.13).

Uma pescadora do Jurupari, dona P., ao comentar sobre o trabalho na pesca manejada e sobre sua participação na atividade de vigilância visando a proteção dos lagos, destacou que o fato dela acompanhar todo o processo da pesca do pirarucu favoreceu também o aprendizado sobre o comportamento dos peixes.

[...] De ano passado pra esse ano, eu já achei bom, por causa que é animado, eu não sei se é porque a gente acompanhou o tempo todo a pesca do pirarucu também que era de noite, era de dia... Quando matavam dois, três [peixes], quando não, matavam um. “Esse daqui é fêmea”, quando não, “esse daqui é macho”. E o que eles diziam dos peixes dava certo ... (Dona P., moradora do Jurupari).

A sra P, assim como a sra. Ga., menciona a importância da criação do Acordo de Pesca, de ter uma área para ser conservada para realizar a gestão de recursos pesqueiros, que permite às novas gerações o contato com os conhecimentos tradicionais acerca da ecologia do pirarucu, com destaque para o período do acasalamento, em que o macho da espécie realiza os cuidados parentais.

... lá onde eu morava era difícil ver o pirarucu. Aí depois que eu fiquei com esse meu marido, a gente começou a ver bem o pirarucu. Às vezes ele saía pra pescar assim, às vezes eu saía com ele. Passava dois dias na beira do lago, pescando com ele, carregando canoa no varador. (Ga., pescadora do Jurupari).

Acompanhando o marido nas pescarias ela passou a conhecer sobre as técnicas de pesca e comportamento do pirarucu. Na comunidade de origem, essa espécie não era vista com muita frequência nos lagos, o que dificultava o aprendizado sobre o comportamento assim como as técnicas para a captura do animal. A mudança de Sra Ga. para outra comunidade onde morava seu marido, possibilitou o contato com a pesca dessa espécie, bem como o aprendizado de saberes acumulados pelo seu companheiro ao longo da vida.

Aí a gente já vai aprendendo também. O pirarucu com filho que eles diziam filhento, “matei um filhento”. Aí o pirarucu parido, tudo isso, né, tem. É o choquento que chama. Quando ele tá chocando, eles diz também. O pirarucu com filho, durante eu vivi na companhia do meu pai, procurei marido, eu nunca tinha visto um pirarucu com filho. Não sabia nem como que era. Já depois já de andar assim com essa arrumação de andar por aqui por essa nossa área que eu fui ver. Eu achei bonito o pirarucu com filho. (Dona P., moradora do Jurupari).

Dessa maneira, os projetos de manejo do pirarucu “[...] são oportunidades para que crianças e jovens [como também mulheres] tenham acesso ao conhecimento ecológico tradicional local necessário para realizar a pesca dessa espécie [...]”, cuja captura foi proibida no estado do Amazonas devido à redução dos estoques pesqueiros provocada pela pesca comercial (Autora; Medaest; Gonçalves, 2024, p.12).

A afirmação do pescador Ju., assim como a fala de dona P., nos permitem compreender o cenário e as condições nas quais a pesca era realizada no período anterior ao Acordo de Pesca. Dona P. recorda de um morador que era contrário à criação da reserva e que, ao levar os seus filhos para pescar em outros lugares sem a segurança necessária, os expunha aos perigos. Também lembra do episódio em que Ge. teve o seu pescado tomado de si, voltando para casa “sem nada”.

[...] Aí já foi muitos anos já, começaram com esse negócio de querer preservar e ele [morador e pescador da comunidade do Jurupari] era contra. Queria ver ele ficar valente era quando falavam em reserva. Era o mesmo que dá um tapa na cara dele aqui por causa de reserva. Reservar, ele não ia reservar, porque tinha os filho dele, onde é que ele ia manter o que dá de comer e beber? Aonde que ele ia tirar? Ele era contra. Várias vez, logo que a pessoa não conhecia o que que acontecia, eles iam mexer lá na área onde é preservado. Nessa área aqui do Mamirauá pra lá. Quantas e quantas vezes, eles não iam pra lá, levavam os meus filho pequeno [...]. Aí depois dissemo: “vamo acabar com essas coisa que foram tomada” conversa com essa Ge. Que ela conta [...]. Foram vender o peixe no tempo do IBAMA, né, ai tomaram peixe dela... Ela chorava pedindo pra eles que não fazerem aquilo. Voltaram pra cá sem nada.. Isso daí foi passado [...] porque viviam por aí, mexendo na área dos outros. [...]. (Dona P., moradora do Jurupari).

Não era tanto o pirarucu, era mais o peixe miúdo que nós tirava lá. Era tambaqui, sulamba, tucunaré. Até hoje eu tenho uma marca de lá, de nós tirando cano, pulando lá na água, bati minha cabeça no toco lá [...]. (Ju., pescador do Jutai-Cleto).

Dona P. também destaca as mudanças positivas que ocorreram com a implementação do manejo do pirarucu, e na mudança de comportamento e da mentalidade do morador que era contrário à criação do Acordo de Pesca. Mas graças aos incentivos e esforços de outros moradores, como seus irmãos, ela se orgulha dos resultados e das conquistas alcançadas pelos seus filhos dentro do projeto de manejo.

Aí passemos já a preservar também aqui, né. E ele era contra. Todo o tempo que nós conversava, falava com ele, dizendo como é que era,

os menino conversavam... Foi logo antes de virar mesmo o que é hoje. Ele era muito teimoso... [...]. Aí nós chamava ele, [...] os meus irmão conversavam com ele. Aí parece que ele foi passar a entender né? Aí até hoje, eu agradeço muito a Deus. Hoje em dia, ele é já um representante do Acordo [...]. Então, eu me orgulho muito por isso, as orientação que o próprio meus irmão deram pra ele, que os outro já deram pra ele e que ele tá tendo, né, já acabou aquelas coisa já. Hoje em dia, enxerga um pouco, dizendo, já tenho os meus filho, chegaram onde já chegaram, né, eu agradeço muito a Deus, à Ge, ao R. Dizendo, então, que isso, pra mim, é um orgulho, é um orgulho que eu tenho, dizendo, é muito bom que nem sempre eu converso com os meus filho que têm... Eu digo, então, é isso aí e é muito bom. (Dona P., moradora do Jurupari).

Dona P. também faz menção ao período em que realizavam a pesca do pirarucu na modalidade conhecida como feitoria. Ao recordar o tempo da *feitoria*, dona P. lembra da duração e da intensidade do trabalho realizado nas áreas de pesca situadas no lago do Guedes, RDS Mamirauá. Por ter vivido a experiência da pesca do pirarucu nos tempos da feitoria, dona P. faz um comentário sobre os benefícios desfrutados pelas novas gerações a partir do momento em que o projeto de manejo foi posto em prática.

É interessante notar que a entrevistada menciona que, com o manejo, houve mudanças nas condições de realização da pesca com o aumento do pescado e, conseqüentemente, a redução do sofrimento decorrente do desgaste físico, fazendo, assim, com que o manejo se insira em um contexto no qual garante-se o acesso a condições decentes de trabalho.

Pois é! De lá nós já trabalhamos muito. Por isso eu digo pros meus filho, eu converso com as minhas nora, sempre eu converso com os meu filho, dizendo: “hoje em dia, vocês tiveram uma outra vida, outra conduta, mas, na época desses outro teus irmão, sofriram”. Nesse tempo, não tinha proibição de jacaré. Nós matava jacaré com eles. Agora não, a gente já não sofre mais, né. As coisas são fácil hoje em dia e não é mais aquele sofrimento que tinha igual de antigamente. [...]. Todo tempo eu acompanhei... quando eu tinha os meus filho pequeno, quando mamavam e até quando não mamavam, eu deixava com a avó deles. Quando não, deixava com a minha irmã. (Dona P., moradora do Jurupari).

O pescador Ju. também recorda da modalidade de pesca realizada pelo seu pai no período anterior à criação do projeto de manejo, e os lagos ficarem protegidos. Ele se lembra de um acidente que sofreu quando criança que deixou uma cicatriz na

sua cabeça, o que nos indica que as atividades de manejo sustentável podem proporcionar mais segurança às pessoas que fazem a pesca nos lagos manejados.

... Naquele tempo nós tinha barco, nós pescava lá dentro e aí eu com o papai levava pra vender e aí depois ele, ele já ia os 9 por 9 pra saber o que ele pegou, se ele pegou gasolina, arranjou alguma coisa, ele ia fazer a nota dele e descontava lá do peixe que ele matou, era individual. Aquele pescador saía, ia pra lá, pescava. Aí já ficava aquele lá só pra tratar que lá ganhava só de tratar e secar. Aí tinha o encarregado só de pescar também. Aí cada um tinha a sua função lá, fazer o seu trabalho lá dentro. Aí, no final, o papai vendia o peixe, pagava o pessoal quando voltava. Assim também era feito com a pesca do tambaqui, tirar tambaqui do Capim lá, de lago. Prá lá tem mais é lago de cano (Ju., pescador do Jutáí-Cleto).

3. A participação das novas gerações: estratégias e desafios.

De acordo com a sra. Ge., o desafio que os jovens têm encontrado para participar de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano é conciliar os estudos com as atividades do projeto. O desafio aumenta quando estes assumem um cargo na equipe de coordenação do AP, tal como ocorrido com Ge. que assumiu o cargo de coordenadora representando sua comunidade em um momento em que cursava o Ensino Médio. Contudo, ela contou com o apoio de um tio, que também era outro coordenador do AP e lhe incentivou a participar das reuniões do AP. Também teve o incentivo de seu professor.

... Eu tava cursando o ensino médio ainda, né. Eu parava aqui e ia pra lá. Quem me incentivou foi o meu tio, que ele começou a me levar prum lado e outro, negócio de reunião, aí o pessoal falou e o outro é o meu professor que sempre me dizia pra nós que onde nós vivia, nós tinha que valorizar, nós tinha que ajudar, porque nós tava estudando era pra ser alguém na vida. Aí, por aí, já abriu os caminhos. Os meninos me pegaram pra ser liderança da comunidade, ... secretária da comunidade...Aí depois, eles me pegaram já pra, dizendo que eu tava já quase habilitada em negócio de secretariamento, aí me passaram pro Acordo e, até hoje, ficou. (Ge., pescadora do Jurupari).

Ao relatar as estratégias utilizadas para conseguir conciliar as atividades escolares com a participação no manejo, destaca a importância da flexibilização proporcionada pelo professor, que entendeu que as duas atividades não deveriam ser antagônicas, e, assim, permitiu que a interlocutora se engajasse no manejo.

[...] Aí eu estudava e, quando o manejo começava, eu conversava com o meu professor, o professor dizia: 'não, tá liberada, pode ir'. Quando chegava, só fazia as minhas provas e entregava pra ele e foi assim que eu consegui me adaptar no acordo. Reunião, eu participava toda vez [...]. (Ge., pescadora do Jurupari).

A sra Ge. afirma que atualmente os jovens, que estão frequentando a escola, se deparam com um impasse entre a dedicação aos estudos e o envolvimento no manejo, o que pode comprometer ou tornar conflitante o engajamento nas atividades do manejo com a vida escolar.

Hoje o impacto maior na nossa área aqui é por causa que tem o estudo, né, e hoje vocês verem que a educação o pessoal tá exigindo muito. Aí, que as crianças estudam, aí o final de semana que tem é de sexta à segunda-feira. Terminou sexta-feira, de tarde, as crianças pode ir ajudar o pai, que nem a senhora tá falando, na vigilância, já na pesca não pode por causa, a pesca, enquanto não terminar a captura, você tá lá tanto no monitoramento quanto na pesca, mas aí os professores já depende desde, né, organizar o meu final de semana pra ir ver a pesca, pra ir ver uma vigilância, pra ver como é que vai rodar isso. [...]. (Ge., pescadora do Jurupari).

Outra pescadora entrevistada também comentou sobre a importância da participação das novas gerações no manejo do pirarucu para a continuidade da pesca artesanal, assim como sobre a necessidade de os pais ensinarem para os seus filhos o ofício da pesca, ao afirmar que “aí tu tem o teu filho, com 10, 12 anos. Se tu não leva ele pra pescar, ele vai aprender o quê? Se tu é um pescador, o que tu deve ensinar pra ele é isso aí [...]” (Dona M., pescadora do Jurupari). Durante a entrevista, ela também comenta que:

[...] tem que ter a participação dos jovens. [...] Nós já tamo velho, tem que levar [adiante]. [...] Pois é assim que eles aprendem, é assim que eles aprendem. Eles têm que tá envolvido aqui. Meninas de 12 anos, 13, 15 anos, até um de maior que é 20, né? Ele tá aqui, ele tá aprendendo o movimento, como é. Aí faz uma pergunta: “Fulano, como é que é lá dentro do teu lago?”. Como é que ele vai responder que ele nunca foi? Ele não participa de nada! [...] Como é que ele vai responder se ele nunca participou de nada? [...] Não vai responder. (Dona M., pescadora do Jurupari).

De acordo com dona M., uma maneira de garantir o envolvimento e a participação da juventude no manejo do pirarucu seria por meio do pagamento da realização de pequenas tarefas, como o carregamento dos peixes. Em suas palavras, “[...] aí é que a gente envolve o jovem. Tem que envolver o jovem, porque, se eles

pegarem uma graninha, eles vão se animar. Né que eles vão? ‘Não, nós vamo, porque nós vamo pegar esse dinheiro aí, vão bora lá!’[...]” (Dona M. pescadora do Jurupari).

O desafio que os jovens têm encontrado para participar de todos os compromissos ligados ao manejo ao longo do ano é conciliar os estudos com as atividades do projeto. O sistema educacional deveria se adaptar às especificidades da comunidade e não ajustá-la a um projeto de educação que, muitas vezes, não dialoga com sua realidade, o que se nota é justamente a sobreposição do saber escolar ao saber tradicional. Em vez de se complementarem, o modelo rígido da educação formal resulta no afastamento de jovens e crianças da pesca, rompendo com processos essenciais para obtenção de renda e para reprodução social de seus grupos (PNPA, 2024, p.18).

A elaboração de soluções para os problemas vividos pelos grupos que subsistem da pesca artesanal passa por processos de ensino e aprendizado que habilitem as próximas gerações com ferramentas e tecnologias de defesa e garantia de seu patrimônio (WFFP, 2024). Nesse sentido, oportunizar às futuras gerações de pescadoras e pescadores artesanais somente disciplinas tradicionais do currículo escolar nacional não é o suficiente. É preciso fortalecer politicamente os que vivem da pesca artesanal por meio da proteção de seus direitos territoriais e consuetudinários, conforme proposto pela resolução de 2024 da Assembleia da Juventude do WFFP (World Forum of Fisher Peoples).

No mundo em que vivemos, os novos desafios impostos pela emergência climática atingem de maneira desproporcional comunidades historicamente vulnerabilizadas e marginalizadas, a exemplo dos grupos pescadoras e pescadores artesanais, e a juventude será a mais prejudicada pela crise ambiental em curso, pois terá de enfrentar as consequências desse processo. Portanto, o que deve haver entre o saber escolar e o tradicional é uma relação construtiva e dialógica, para que se possa dar espaço para o novo, para o inédito, deixando as potencialidades ecológicas e culturais que mobilizam as relações com a natureza florescerem (Leff, 2009) como forma de alcançar soluções criativas para as adversidades que afligem os povos das águas a partir de suas próprias perspectivas.

A existência de uma incompatibilidade entre as atividades escolares e a pesca, no caso, as atividades ligadas ao projeto de manejo, contribui para que as futuras

gerações corram o risco de perder o patrimônio pesqueiro acumulado ao longo do tempo, o que indica a necessidade de se pensar em soluções que proporcionem a conciliação entre o engajamento na pesca com a educação formal que deveria ser um dos meios de fortalecimento e conscientização política das comunidades frente aos problemas que enfrentam (WFFP, 2024).

Dessa forma, o ensino dado a crianças e jovens deveria estimulá-los a se interessar pelos desafios vividos pelas suas comunidades, incentivando-os na busca de soluções sustentáveis e de resiliência, uma vez que a educação escolar deveria estar alinhada com necessidades e demandas dos pescadores com o objetivo de fortalecer a gestão coletiva dos recursos pesqueiros e oferecer alternativas para os problemas socioambientais enfrentados pelas comunidades pesqueiras. A melhoria da qualidade de vida dos povos pescadores passa pela percepção de suas vulnerabilidades socioambientais, portanto a dicotomia entre educação e pesca compromete o engajamento da juventude e enfraquece a defesa de suas comunidades, desarticulando-as politicamente, e favorece um projeto civilizatório excludente e predatório do modo de vida capitalista ocidental.

4. O envolvimento de jovens nas ações de proteção do território pesqueiro

Uma importante atividade dos projetos de manejo é a proteção dos ambientes nos quais é realizada a gestão de recursos pesqueiros, denominada de vigilância ou proteção dos ambientes. O envolvimento dos jovens nessas atividades possibilita o aprendizado sobre o ambiente e a compreensão da importância dessa atividade para a resiliência da pesca ao contribuir para reverter uma situação de escassez de pescado causada pela atuação de pescadores da frota pesqueira de escala empresarial praticada de forma insustentável. Autores, como Zurba e Trimble, ao analisarem a situação da pesca na costa do Uruguai (2014, p.85, tradução nossa), destacam o papel de jovens e crianças nas ações de gestão pesqueira:

Devido à redução da captura e ao aumento da imprevisibilidade de recursos, a pesca de pequena escala na costa do Uruguai está se tornando cada vez menos confiável como única fonte anual de renda. A crise dos recursos pesqueiros levou ao aumento da necessidade de empregos adicionais ou alternativos [...].

O relato de Ge. abaixo destaca que a existência de uma incompatibilidade entre as atividades escolares e a pesca, no caso, as atividades ligadas ao projeto de manejo, contribuindo para que as futuras gerações corram o risco de perder ambos, o que indica a necessidade de se pensar em soluções que proporcionem a conciliação entre o engajamento na pesca com a educação formal.

[...] hoje ou vocês protegem ou vocês estudam. Eu digo que vocês não vão ter nenhum dos dois nem estudo, nem peixe, porque as coisas não tá ficando tão fácil. Hoje nós tem uma quantia de peixe, porque tem reserva do Capivara, reserva do Jurupari, Amanã [...]. Mas, se tu parar pra olhar, nós tamos voltando pra uns tempos atrás e isso é bíblico. Deus deixou as coisas pra nós cuidar, pra nós comer e tirar, mas, se nós não cuidar do que é nosso, vai se acabar tudo [...] Então, é isso que o meu tio reclamava, o A., ele sempre fala, mas tem gente que não leva isso a sério. 'Ah, isso aí é história de pescador' que nem falaram ontem. Mas não é história de pescador, vocês verem que a calamidade tá ruim. Só tem peixe aonde tem uma proteção. Onde não tem proteção, não tem peixe. [...]. (Ge., pescadora do Jurupari).

A preocupação com o futuro das próximas gerações também é relatada por um pescador da comunidade do Jurupari que participa da equipe de coordenação do projeto de manejo. Ao enfatizar que os adultos devem se comprometer com a proteção e com a vigilância dos lagos em sistema de manejo, com o objetivo de proporcionar aos seus filhos alimentação segura, farta, regular e nutritiva, defende que

... assim, minha preocupação é nas crianças que precisam do trabalho da gente, de defender esses ambientes, organização. Eles vão precisar lá na frente, né. Se a gente prantar pra eles colher. Essa que é a minha...que me fortalece, né, de tá aqui hoje. Porque tem muito adulto, dentro do sistema de manejo, dentro de uma área de conservação, que ainda não se preocupa a zelar, né, aqueles ambiente pros seus próprio filho, né, lá na frente, ter mesa cheia, fartura, né. Se deixar os outros virem e tirar do próprio uso daquele lago do sistema de manejo, quem vai sofrer não são os adulto são as futuras crianças que estão vindo. Sempre eu falo isso aqui na comunidade, né, eu não me preocupo, eu não me dou a defender esse nosso trabalho aí do manejo, não é pelos adultos. (A., pescador do Jurupari).

A proteção do território pesqueiro é um fator a ser destacado, na medida em que demonstra a conexão existente entre as (os) pescadoras (es) artesanais e o seu território, já que a construção de suas identidades, de seu modo de vida e de seu conhecimento ocorre em estreita ligação com seu território e com tudo o que o envolve. Isto é, não existe apenas uma relação de apropriação dos recursos, mas uma relação ontológica e epistemológica com o seu território de pesca, o que contribui para

a formação do *ethos* do pescador passado de geração em geração (Autora e Sousa, 2017, p. 62).

Além disso, o incentivo feito pelo interlocutor demonstra que o interesse pela conservação dos recursos naturais é de suma importância para as comunidades tradicionais pesqueiras, cuja subsistência depende diretamente da salvaguarda de seus territórios e da permanência de seu patrimônio cultural e biológico. Ao assegurar ambientes ecologicamente equilibrados a partir de atividades de baixo impacto, as comunidades tradicionais cumprem a sua parte no pacto com a nação brasileira, gerenciando de forma sustentável os ecossistemas em que habitam em benefício não só para si, como também para todos nós (Cunha e Almeida, 2009).

A fim de proteger os recursos pesqueiros existentes no sistema de lagos que formam a área do manejo, e também garantir o acesso à renda, o interlocutor defende a parceria e a união que deve haver entre os manejadores da comunidade, e também dos gestores das escolas.

[...] Aí vêm outras pessoa fazer as mesma coisa e, se a gente não...é... assim não, não agarrar na mão de cada um e dizer “vamo fazer a proteção pra essas pessoa não levar, senão nós não vai ter o que pescar o pirarucu e as outra espécie”, né. Então sempre eu digo: tá tudo ok aí pescando, mas, quando chega na hora da verdade, né, que é um procedimento lá do início até a pesca, tem muito que abandona os seu parceiro, sai do barco e pouco chega lá. É aí que é o momento também da gente vir vendo, né, um momento de cada um dizer assim: ‘eu quero ser um manejador, eu quero pescar’. Mas, pra fazer isso, ele tem que ter, assim, um compromisso de dizer “eu vou fazer a proteção dos meu lago”, né, “vou fazer a proteção daonde eu tiro um pouco do dinheiro que eu uso de manutenção”. [...]. (A., pescador do Jurupari).

5. Os benefícios do manejo: acesso à renda e perspectivas para o futuro.

A participação dos jovens e pescadores do Acordo de Pesca do Jutáí-Cleto nos possibilita observar a relevância dos programas de manejo para as novas gerações no que tange ao acesso e à garantia de uma renda estável e permanente, o que permite aos jovens das comunidades a possibilidade de construir as suas vidas em outros lugares sem que, no entanto, se desvinculem totalmente de seu lugar de origem, evitando migrações ou deslocamentos para outras regiões a procura de oportunidades fora do setor pesqueiro (WFFP, 2024).

Tanto Ju. quanto Is. reconhecem que as influências do lugar de origem irão acompanhá-los para onde quer que vão e apontam que é possível interligar a vida na cidade com a renda obtida com a pesca manejada. Ou seja, ambos não precisam ser excludentes, pois “[...] os territórios em que os jovens crescem e suas histórias influenciam suas oportunidades para alcançar objetivos de longo prazo. Por isso, os jovens são fortemente influenciados pelos contextos socioambientais [em que cresceram] [...]” (Espinoza *et al.*, 2021, p.1297, tradução nossa). São sujeitos que elaboram projetos de vida pelo contato com novas experiências, mas que se ancoram nas comunidades em que nasceram para se inserirem em novos contextos. Ou seja, a partir de sua rede de relações sociais e das condições objetivas de existência, esses agentes procuram mediar as disposições que internalizaram com a posição em que se encontram no espaço social.

No meu caso, não é uma questão de escolha. É que eu ainda não tenho a minha casa lá [na cidade]. A minha casa ainda tá aprontando, mas se eu tivesse, eu já tinha me mudado pra lá, mas sem me desgrudar daqui, sair daqui. Porque aqui é uma renda que eu ganho. É daqui que eu tô conseguindo construir a minha casa lá [...]. Eu ia morar lá, ia trabalhar lá, fazer a minha casa lá e, sempre que pudesse, eu ia ter uma casa aqui e outra lá. (Ju., pescador do Jutáí-Cleto).

Porque, querendo ou não, aqui a gente sabe como é que é a renda da gente, né. Pra gente mudar de uma hora pra outra, sem ter algo de que tirar, né, sobreviver, sustentar a família, fica difícil também. E aqui não, aqui a gente sabe como ganhar dinheiro. Aí primeiro, por isso que ele tá dizendo, assim, primeiro ajeitar a casa, mas sempre ficar interligado os dois. Aí depois que conseguir um trabalho, assim um trabalho que tiver firmado já, melhorzinho. Aí quem sabe, se desligar um pouco daqui. Mas, querendo ou não, a gente nunca vai se desligar daqui. Porque aqui a gente sente uma paz, a natureza. É diferente da cidade. (Is., pescador do Jutáí-Cleto).

Na cidade, tem que saber viver, porque já foram três dos meus irmão pra lá e todos os três voltaram. Foram estudar e não deu certo. Aí o papai mandou trazer, só tá o caçula, ficou pra lá estudando [...] (Ju., pescador do Jutáí-Cleto).

Apesar de ambos afirmarem o desejo de mudar para a cidade, também destacam que não pretendem se desvincular totalmente da sua comunidade. Eles reconhecem que a mudança precisa ser planejada para que a adaptação possa ser bem-sucedida. Tal desejo demonstra que “[...] a nova geração aspira tanto a pescar quanto a realizar outras atividades, alcançando um equilíbrio entre suas aspirações e

expectativas nos lugares em que querem morar [...]” (Espinoza *et al.*, 2021, p.1297, tradução nossa).

A pesca artesanal, longe de ser uma atividade a ser superada, se torna tanto parte de um projeto de vida que dialoga com outros campos de atuação quanto a base para se alcançar novas possibilidades de vida. A influência do contexto social da pesca oferece as “[...] matrizes de ação e percepção que orientam as escolhas e o agir dos agentes [...]” (Monteiro, 2018, p.26), isto é, o *habitus* por meio do qual os esquemas e estratégias dos agentes serão operados.

No caso de Is. especificamente, podemos observar que sua mudança para a cidade de Tefé só ocorrerá a partir do momento em que os seus pais conseguirem a aposentadoria, o que indica a sua preocupação com a renda de seus pais no caso de sua ausência.

O meu plano não é morar em Maraã, o meu plano é comprar uma casa pra mim em Tefé também. Maraã eu não vejo tanta oportunidade, assim, pra gente estudar. Aí eu vejo mais coisa assim em Tefé. Tô querendo comprar uma casa pra mim em Tefé. Tô só esperando o papai com a mamãe, tentar aposentar eles, né, pra que eles tenham uma renda já deles mesmo, né, pra eu poder ir. Não me desligar, assim, totalmente, mas me desligar um pouco assim pra conseguir as minha própria coisa também, né, Porque eles vão ficar envelhecendo, aí a gente já ter algo também pra poder ajudar. (Is., pescador do Jutai-Cleto).

A participação dos jovens nos programas de manejo propicia o emprego de novas tecnologias de comunicação, como, por exemplo, aplicativos de informação, o que cria condições de trabalho para os pescadores, e revela a capacidade dos jovens de atuar como “[...] agentes de mudança devido às suas habilidades organizacionais e tecnológicas [...]” (Espinoza *et al.*, 2021, p.1287, tradução nossa). A tradição não é indiferente à inovação e, no caso das sociedades pesqueiras, o uso de novos equipamentos favorece a proteção de recursos e a otimização das operações realizadas pelas suas atividades (PNPA, 2024, p.14). As tecnologias aplicadas pelos jovens são importantes, já que

o patrimônio da gestão de recursos pesqueiros não é fixo. Sempre será necessário integrar novos conhecimentos, sistemas, tecnologias e formas de lidar com as mudanças nas condições socioambientais. Assim, os jovens solucionam desafios socioambientais, criando oportunidades, diversificando suas atividades ou adotando novas práticas (Glover e Sumberg 2020). [...]. Os jovens adicionam novos conhecimentos e ferramentas empíricas e científicas às habilidades de seus pais. Essas adições permitem que eles identifiquem problemas

que as gerações anteriores demoraram a resolver [...]. (Espinoza *et al.*, 2021, p.1297, tradução nossa).

As novas tecnologias reduzem o sofrimento e o cansaço físicos a partir do aprimoramento da logística. “[...] Adicionalmente, estas redes sociais são utilizadas para promover e coordenar as atividades das organizações em que trabalham [...]” (Espinoza *et al.*, 2021, p.1293, tradução nossa), o que nos revela a capacidade adaptativa e dinâmica da tradição que não pode mais ser pensada como algo estático, parado no tempo, mas sim como um processo que dá a base necessária a partir da qual as pessoas encontram respostas para os desafios que enfrentam (Barra, 2015, p.23 apud Valente, Martins e Rodrigues, 2018, p.256).

Conseqüentemente, aumenta o interesse dos jovens na participação do manejo e reforça-se a pesca artesanal, já que “[...] o envolvimento dos jovens pode ajudar a desafiar os problemas de exclusão social, redistribuir o poder e apoiar os esforços para construir coletivos que melhor atendam a uma diversidade de aspirações pessoais, profissionais e compartilhadas” (Robson *et al.*, 2019, p.1, tradução nossa).

É uma economia, né, que como a gente gasta de passagem pra ir pra lá no instituto, buscar uma informação ou levar um documento, uma papelada, a gente pode enviar pelo WhatsApp, por PDF, a gente, tem impressora já aqui, pode imprimir. Já economiza muita coisa já, já ajuda bastante já. (Is., pescador do Jutai-Cleto).

[...] os experientes mais na pesca podem ajudar lá e melhorou bastante, melhorou bastante, o pessoal aqui são mesmo bem rápido na base. Melhorou a qualidade do nosso peixe, a gente já veio pensando várias ideias e muitas pessoas cada uma com uma ideia bacana, a gente tenta fazer, tenta aprimorar, que a gente precisa melhorar cada dia mais, né. (Is., pescador do Jutai-Cleto).

A gente fica todo o tempo, assim, já com, tendo comunicação pra lá, com o pessoal lá de fora, né, e aí, sem uma internet aqui, a gente fica meio que isolado pra cá, sem ter comunicação com nada. (Ju., pescador do Jutai-Cleto).

A participação dos jovens na pesca artesanal garante tanto a sua continuidade quanto o seu aprimoramento, já que as futuras gerações, ao se depararem com o enfrentamento de problemas, promovem mudanças sociais significativas (Cunha *et al.*, 2023) . “[...] Ao fazer isso, eles ganham a oportunidade de antecipar situações e projetar medidas preventivas ou alternativas antes que os impactos negativos ocorram em suas comunidades” (Espinoza *et al.*, 2021, p.1297, tradução nossa). Uma vez que os jovens encontram novas maneiras de solucionar os problemas inerentes à pesca,

apontamos a relevância de estudos que levem em conta um recorte geracional no âmbito da pesca, visto que,

[...] se a mudança geracional não for investigada, abordada e incorporada aos processos de planejamento, a pressão sobre os recursos aquáticos provavelmente aumentará (Biswas 2011), colocando em risco tanto a continuidade da pesca (Neis et al. 2013) quanto o modo de vida desses jovens pescadores. (Espinoza *et al.*, 2021, p.1288, tradução nossa).

Ao proporcionar segurança alimentar e financeira, além de acesso à infraestrutura adequada de trabalho para as comunidades locais, a pesca artesanal sob o sistema de manejo sustentável vai na contramão de um discurso no qual as antigas gerações eram contrárias à permanência da juventude na pesca por ser considerada uma atividade desgastante, pouco rentável e marcada pela imprevisibilidade, isto é, com condições ambientais e socioeconômicas adversas (Cunha *et al.*, 2023), a pesca passa a ser vista como uma alternativa promissora de futuro, contrastando com cenários descritos por autores, como Silva, que relatam o interesse de filhos de pescadores por outras profissões em detrimento da pesca devido ao colapso dos estoques pesqueiros e do pouco retorno financeiro (2017, p.14).

6. Considerações finais

Os dados analisados apontam para a importância dos programas de gestão sustentável da pesca artesanal com foco no manejo do pirarucu, no acesso aos saberes ligados às técnicas de pesca e ecologia dos ambientes, assim como as formas de apropriação de sistemas locais de gestão coletiva de recursos pesqueiros. Os programas de pesca manejada do pirarucu desenvolvidos nas RDS Amanã e Mamirauá são extremamente relevantes para a transmissão e contato com as práticas e saberes da pesca artesanal ao garantir a inserção de jovens e crianças, com destaque para o papel desempenhado pelas mulheres nesse processo.

Com a implementação do manejo, ocorreram mudanças significativas nas condições de realização da pesca, como o aumento do pescado e a redução do desgaste físico. Anteriormente, tal atividade era desenvolvida sem a segurança apropriada, o que poderia colocar em risco a participação de jovens e crianças, como relatou uma de nossas entrevistadas.

A participação das novas gerações encontra certas barreiras, como a conciliação dos calendários das atividades de pesca desenvolvidas pelos programas de manejo com os estudos. O impasse entre a dedicação aos estudos e o engajamento no manejo poderia ser resolvido a partir da flexibilização do calendário escolar, tal como ocorrido com uma de nossas interlocutoras.

O envolvimento de jovens e crianças é essencial para a proteção dos recursos pesqueiros, além de assegurar a qualidade de vida e a segurança alimentar. A presença das novas gerações proporciona a aprendizagem das atividades de gestão sustentável de recursos pesqueiros e, conseqüentemente, a sua contribuição para a resiliência da pesca artesanal, possibilitando a reversão de cenários de declínio dos estoques pesqueiros decorrentes da pesca insustentável.

Os benefícios do manejo para os jovens podem ser observados no acesso a uma renda anual que embora sofra variação de um ano para outro, lhe permite planejar como melhorar as condições de vida de sua família. A participação dos jovens e crianças em atividades dos Acordos de Pesca fortalece o uso novas tecnologias, como os computadores e aplicativos de comunicação, criando novas condições de trabalho para os pescadores.

Nesse sentido, os projetos de manejo de pirarucu são relevantes para a proteção da biodiversidade e também para a continuidade e renovação de práticas e de saberes acumulados ao longo do tempo pelas comunidades pesqueiras que habitam os territórios situados nas RDS Amanã e Mamirauá.

Além disso, podemos considerar a relevância dos projetos de manejo para a conservação da biodiversidade local, e como uma fonte de renda segura e permanente para os jovens das comunidades, o que lhes permite ter condições de planejar o seu futuro e de ver na pesca uma atividade viável e rentável.

Referências bibliográficas

Autora; MEDAEST, Chantal; GONÇALVES, Ana Claudia Torres. Participação de mulheres e crianças na pesca manejada de pirarucus (*Arapaima gigas*): partilha de saberes e resiliência da pesca artesanal na Amazônia. **No prelo**. 2024.

Autora e SOUSA, I. S. Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e

Resiliência da pesca. **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais** | Vol. 4 – n. 2 – 2021 p. 139-169.

Autora; SOUSA, I. S. ;GONCALVES, A. C. . Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas. *In*: LEITÃO, Rosário de Andrade. (Org.). **Pesca, Turismo e Meio Ambiente**. 1aed.Recife: EDUFRPE, 2014, v. 1, p. 123-144.

Autora; SOUSA, I. S. Aspectos Socioambientais da Pesca Manejada de Pirarucus (*Arapaima gigas*) no sistema de lagos Jutaí-Cleto, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Am. **Revista de Antropologia (Online)**. Aceito para publicação, v.8. n. 2. 2017a.

Autora e SOUSA, Isabel S. Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do Médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e resiliência da pesca. **Novos Olhares Sociais (Online)**. v. 4 n. 2 (2021): DOSSIÊ: GÊNERO, PESCA E CIDADANIA – REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E EQUIDADE.

AMAZONAS (ESTADO). **Instrução Normativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) nº 04, de 08 de 2017**. Amazonas, 2017.

CUNHA, Juliana Blasi *et al.* . TRAJETÓRIAS E PROJETOS ENTRE JOVENS FILHOS DE PESCADORES ARTESANAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **International Scientific Journal** – Nº 1, volume 18, *article* nº 09, *January/March* 2023.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. . Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

ESPINOZA, A. *et al.* . *Between uncertainty and hope: Young leaders as agents of change in sustainable small-scale fisheries*. **Ambio**. 2021.

FAO; DUKE UNIVERSITY; WORLDFISH. **Iluminando las cosechas desconhecidas - La contribución de la pesca en pequeña escala al desarrollo sostenible**. Resúmen. Roma, 2023.

GARCIA, Narjara Mendes *et al.* . **Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar**. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 25, 2º sem. de 2007, pp. 93-112.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, nº 34, v. 3, p. 17.24, set/dez 2009.

IBAMA. **Instrução Normativa Ibama nº 29, de 31 de dezembro de 2002.**

Estabelece os critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PLANO NACIONAL DA PESCA ARTESANAL (PNPA). **Documento Base do Plano Nacional da Pesca Artesanal: Povos da Pesca Artesanal.** Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2024.

PMP/IDSM-MCTI. **Relatório técnico anual 2023 do manejo de pirarucu (Arapaima gigas) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e em seu entorno.** Tefé, AM, 2023.

PMP/IDSM-MCTI. **Relatório técnico anual 2024 do manejo de pirarucu (Arapaima gigas) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e em seu entorno.** Tefé, AM, 2024.

ROBSON, James *et al.* . *Engaging youth in conversations about community and forests: Methodological reflections from Asia, Africa, and the Americas.* **World Development Perspectives.** 2019.

SILVA, Anelino Francisco. A PESCA ARTESANAL COMO ARTE E COMO SIGNIFICADO CULTURAL: O CASO POTIGUAR. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez. de 2010.

SILVA, Guilherme Aglio da. Tradição e Atualização: a luta dos pescadores artesanais de Itaipu-RJ. **Anais do XXXI Congresso ALAS**, Montevideo, Uruguay. 2017.
http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/3080_guilherme_aglio_da_silva.pdf

TOLEDO, V. Povos e comunidades tradicionais. *In*: Levin, S. el al., (eds.) **Encyclopedia of Biodiversity.** Academic Press. 2001.

VALENTE, Anderson de Jesus Gomes; MARTINS, Egídio; RODRIGUES, Doriedson. Saberes do trabalho da pesca como instrumento de consciência de classe entre juventude no contexto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – **Cametá. Anais do XXIII Encontro d@s Estudantes de Pedagogia - EPEPe**, 2018.

VIEIRA, Norma Cristina; REIS, Maria Helena de Aviz dos; SANTANA, José Dias. Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 22-36, jan./jun., 2021.

WORLD FORUM OF FISHER PEOPLES. **Assembleia da Juventude do WFFP: Declaração e Resoluções**. Nov. de 2024.

ZURBA, Melanie; TRIMBLE, Micaela. *Youth as heirs of collaboration: crises and factors that influence the participation of the next generation in natural resource management*. **Environmental science & policy**. 2014. p. 78-87.